Governo Central supera expectativas e registra superávit nas contas em setembro

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- Os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, através do Relatório Resumido de Execução Orçamentária-RREO, mostram que o Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) registrou em setembro deste ano um superávit de R$ 4,8 bilhões, revertendo o déficit de R$ 14,4 bilhões observado em setembro de 2025 — uma melhora nominal de R$ 19,2 bilhões. A receita líquida cresceu 13,6% em termos reais, impulsionada por receitas extraordinárias, destacando-se o imposto de exportação sobre petróleo (aproximadamente R$ 2,9 bilhões), enquanto as despesas avançaram apenas 2,4%, por conta do adiamento de contas que terão de ser pagas até o fim de 2026 (Tabela 1). Este resultado de setembro sinaliza, de certo modo, uma leve recuperação do resultado primário, mas sua continuidade vai depender da sustentação das receitas e da evolução das despesas nos meses seguintes.
- O desempenho das receitas primárias do Governo Central, em setembro, teve como principal destaque o avanço das receitas não administradas pela Receita Federal, que passaram de R$ 22,1 bilhões para R$ 39,5 bilhões, crescendo 78,8%, sendo responsável por, aproximadamente, 59,2% do aumento da receita total. As receitas administradas pela Receita Federal também tiveram desempenho favorável, alcançando R$ 157,8 bilhões, com crescimento real de 9,9% e incremento de R$ 14,2 bilhões (Tabela 2). O Imposto sobre a Renda foi o principal responsável por essa expansão, com aumento de R$ 7,3 bilhões, seguido por outras receitas administradas pela RFB, que avançaram R$ 5,3 bilhões. Houve ainda contribuições relevantes do Imposto de Importação, com alta de 21,6%, e da CSLL, de 14,5%. Em sentido contrário, as receitas provenientes do IOF e do COFINS registraram queda real de, respectivamente, 11,2% (R$ 1,0 bilhão) e 1,9% (R$ 705,2 milhões), enquanto a arrecadação líquida do RGPS diminuiu 3,7% em termos reais, passando de R$ 60,6 bilhões para R$ 58,4 bilhões, pressionando o resultado previdenciário, cujo déficit aumentou em setembro deste ano.
- As despesas primárias do Governo Central atingiram R$ 200,1 bilhões em setembro de 2026, com crescimento real de 2,4% em relação ao mesmo mês de 2025, equivalente a um acréscimo de R$ 4,7 bilhões (Tabela 3). A principal pressão veio de outras despesas obrigatórias, que aumentaram 47,6% em termos reais. O acréscimo de R$ 12,5 bilhões concentrou-se nos créditos extraordinários, cuja execução saltou de R$ 782 milhões para R$ 10,7 bilhões. Os benefícios previdenciários permaneceram como o maior componente da despesa, somando R$ 84,6 bilhões, ou 42,3% do total. Seu crescimento real de 2,6% representou uma elevação de R$ 2,1 bilhões. Combinada com a queda da arrecadação líquida do RGPS, essa expansão ajuda a explicar o aumento do déficit previdenciário em setembro.
- A principal compensação às pressões de alta ocorreu nas despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, que recuaram 18,0% (Tabela 3). Dentro desse grupo, as despesas discricionárias registraram uma retração de 37,8%, fato que chama a atenção, tendo em vista que esses gastos financiam investimentos e parte do custeio dos serviços públicos. Uma redução persistente pode limitar essas atividades, mas a comparação de um único mês não permite concluir que houve corte permanente.
- No acumulado de janeiro até setembro de 2026, os dados apresentados também mostram melhora do resultado primário do Governo Central decorrente do crescimento das receitas em ritmo superior ao das despesas. O déficit acumulado atingiu R$ 90,2 bilhões, ante R$ 100,3 bilhões no mesmo período de 2025, uma redução de R$ 10,1 bilhões, que representa uma

retração, em termos reais, de 13,0% (Tabela 1). Como proporção do PIB, o déficit passou de 1,06% para 0,89%. A receita total alcançou R$ 2,34 trilhões, com expansão real de 6,4%. Por sua vez, a despesa total chegou a R$ 1,97 trilhão, com aumento real de 5,4%. Portanto, a melhora fiscal ocorreu pelo crescimento mais intenso da receita, acompanhado de uma menor expansão real dos gastos públicos. Esse comportamento das contas do Governo Federal contribuiu para reduzir o déficit, mas ainda foi insuficiente para eliminá-lo.

- Em termos de composição do resultado acumulado, o Tesouro Nacional ampliou seu superávit de R$ 186,5 bilhões para R$ 213,8 bilhões, uma melhora nominal de R$ 27,3 bilhões. Mas esse ganho foi absorvido pelo aumento do déficit da Previdência Social, que passou de R$ 286,3 bilhões para R$ 303,2 bilhões, e pela ampliação do déficit do Banco Central, de R$ 523 milhões para R$ 771 milhões (Tabela 1). O desequilíbrio previdenciário continua sendo o principal determinante para o resultado deficitário do Governo Central, influenciado, principalmente, pelas despesas relacionadas com o RGPS.
- Com relação ao desempenho das contas do setor público consolidado (formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais), as estatísticas fiscais divulgadas pelo BACEN mostram uma deterioração do resultado primário consolidado, influenciado pela redução do superávit estadual, de R$ 20,7 bilhões para apenas R$ 860 milhões, e pelo aumento do déficit das empresas estatais, que evoluiu de R$ 7,3 bilhões para R$ 11,4 bilhões (Tabela 4). O Governo Central e os municípios obtiveram superávit em suas contas nesse mês.
- No acumulado do ano, até setembro, o déficit nominal do setor público alcançou R$ 976,4 bilhões, equivalente a 9,64% do PIB, ante R$ 763,9 bilhões, ou 8,07% do PIB, no mesmo período de 2025, registrando, portanto, um crescimento nominal de 27,8%. As despesas com juros cresceram 28,8%, passando de 7,24% para 8,71% do PIB, representando 90,3% da necessidade total de financiamento em 2026. O resultado evidencia o peso dos encargos financeiros nas contas públicas. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que engloba o Governo Federal, os Governos Regionais (estaduais e municipais) e o INSS atingiu 82,9% do PIB (R$ 11,1 trilhões) em setembro de 2026, permanecendo no mesmo patamar do mês de agosto.

Comentário: Os números apresentados mostram que, realmente, houve uma melhora circunstancial nas contas do Governo Central, que registrou superávit primário em setembro de 2026, revertendo o déficit observado no mesmo mês de 2025. Esse resultado foi favorecido por receitas extraordinárias e pela contenção de gastos, o que recomenda cautela quanto à sua continuidade nos meses subsequentes. No acumulado de janeiro a setembro, o déficit caiu, mas o aumento do desequilíbrio no RGPS absorveu da melhora nas contas do Tesouro Nacional. A redução das despesas discricionárias também suscita preocupação quanto à evolução das despesas governamentais com investimentos e serviços públicos. No setor público consolidado, o déficit nominal alcançou R$ 976,4 bilhões, ou 9,64% do PIB, pressionado principalmente pelos juros, enquanto a dívida bruta permaneceu em 82,9% do PIB, evidenciando a persistência dos desafios para o equilíbrio fiscal.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Setembro e Janeiro-Setembro de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro-Setembro		Variação (2026/2025)		Setembro		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% REAL (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	2.103.617	2.337.289	11,1%	6,4%	216.369	255.661	18,2%	13,0%
2. TRANSFERÊNCIA POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	417.224	462.345	10,8%	6,1%	43.882	50.714	15,6%	10,5%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.686.393	1.874.944	11,2%	6,5%	172.487	204.947	18,8%	13,6%
4. DESPESA TOTAL	1.786.660	1.965.099	10,0%	5,4%	186.866	200.108	7,1%	2,4%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	**-100.267**	**-90.155**	**-10,1%**	**-13,0%**	**-14.379**	**4.839**	**-**	**-**
Tesouro Nacional	186.524	213.828	14,6%	9,1%	6.618	31.118	370,2%	349,6%
Banco Central	-523	-771	47,6%	41,8%	-88	-88	0,1%	-4,3%
Previdência Social (RGPS)	-286.268	-303.212	5,9%	1,5%	-20.910	-26.191	25,3%	19,8%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,06%	-0,89%	-	-	-1,34%	0,43%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Setembro -2025/2026 - Valores a preços de setembro/2026 - IPCA – R$ milhões

Discriminação	Setembro		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	**226.270,1**	**255.661,0**	**29.390,9**	**13,0%**
Receita Administrada pela RFB	**143.580,5**	**157.787,6**	**14.207,2**	**9,9%**
Imposto de Importação	8.040,3	9.779,5	1.739,2	21,6%
IPI	8.232,0	8.347,0	114,9	1,4%
Imposto sobre a Renda	55.777,1	63.066,2	7.289,1	13,1%
IOF	9.028,9	8.015,1	-1.013,8	-11,2%
COFINS	36.861,3	36.156,1	-705,2	-1,9%
PIS/PASEP	9.854,5	10.074,7	220,3	2,2%
CSLL	8.489,3	9.724,4	1.235,1	14,5%
CIDE Combustíveis	255,0	311,6	56,6	22,2%
Outras Receitas Administradas pela RFB	7.042,1	12.313,0	5.270,9	74,8%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	60.608,3	58.392,0	-2.216,3	-3,7%
Receitas Não Administradas pela RFB	**22.081,4**	**39.481,4**	**17.400,0**	**78,8%**
Concessões e Permissões	426,2	71,1	-355,0	-83,3%
Dividendos e Participações	1.839,1	1.712,0	-127,0	-6,9%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.591,4	1.634,1	42,8	2,7%
Exploração de Recursos Naturais	7.954,1	13.669,5	5.715,4	71,9%
Receitas Próprias e de Convênios	2.182,7	1.646,9	-535,8	-24,5%
Contribuição do Salário Educação	3.085,8	2.919,9	-165,8	-5,4%
Demais Receitas	5.002,2	17.827,8	12.825,5	256,4%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**45.889,9**	**50.713,5**	**4.823,6**	**10,5%**
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**180.380,2**	**204.947,5**	**24.567,3**	**13,6%**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Setembro -2025/2026 - Valores a preços de Setembro/26 - IPCA – R$ milhões

Discriminação	SETEMBRO		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	195.417,4	200.108,4	4.691,0	2,4%
Benefícios Previdenciários	82.474,7	84.583,4	2.108,7	2,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.185,8	2.299,4	113,5	5,2%
Pessoal e Encargos Sociais	32.153,2	32.083,6	-69,6	-0,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	362,8	239,8	-123,0	-33,9%
Outras Despesas Obrigatórias	26.225,0	38.712,5	12.487,5	47,6%
Abono e Seguro Desemprego	4.967,3	4.746,1	-221,2	-4,5%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	142,5	7,3	-135,2	-94,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.183,1	11.711,4	528,3	4,7%
Créditos Extraordinários	782,0	10.679,8	9.897,8	-
Fundeb - Complementação da União	4.402,9	5.677,0	1.274,1	28,9%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.676,7	1.814,3	137,6	8,2%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	347,3	332,0	-15,2	-4,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	438,0	509,4	71,4	16,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	1.255,6	2.261,2	1.005,6	80,1%
Impacto Primário do FIES	219,7	172,1	-47,6	-21,7%
Demais	810,0	801,9	-8,2	-1,0%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	54.564,5	44.728,9	-9.835,5	-18,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	32.459,4	30.976,4	-1.483,0	-4,6%
Discricionárias	22.105,1	13.752,5	-8.352,6	-37,8%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Setembro/2026 - R$ milhões

Discriminação	Janeiro - Setembro				Fluxos Mensais		
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Julho	Agosto	Setembro
Nominal	**763 914**	**8,07**	**976 421**	**9,64**	**97 602**	**115 946**	**113 024**
Governo Central(1)	703 511	7,44	912 857	9,02	81 842	117 568	101 368
Governos estaduais	49 137	0,52	48 828	0,48	11 486	- 445	7 466
Governos municipais	497	0,01	- 2 045	-0,02	2 555	320	222
Empresas estatais(2)	10 768	0,11	16 781	0,17	1 719	- 1 498	3 968
Juros nominais	**684 670**	**7,24**	**882 077**	**8,71**	**98 963**	**105 934**	**107 527**
Governo Central(1)	603 950	6,38	819 240	8,09	92 817	102 881	104 837
Governos estaduais	69 868	0,74	49 688	0,49	4 607	1 691	1 206
Governos municipais	7 379	0,08	7 769	0,08	933	873	909
Empresas estatais(2)	3 473	0,04	5 381	0,05	607	489	575
Primário	**79 244**	**0,84**	**94 344**	**0,93**	**- 1 361**	**10 012**	**5 497**
Governo Central	99 562	1,05	93 617	0,92	- 10 975	14 687	- 3 469
Governos estaduais	- 20 731	-0,22	- 860	-0,01	6 880	- 2 135	6 260
Governos municipais	- 6 882	-0,07	- 9 813	-0,10	1 623	- 553	- 687
Empresas estatais(2)	7 295	0,08	11 400	0,11	1 112	- 1 987	3 393
PIB acumulado no ano*	9 460 775	-	10 124 234	-			

Fonte: BACEN
(1) Inclui INSS.
(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.
* Dados preliminares.
(+) déficit (-) superávit